

Educação superior e os desafios da inclusão/exclusão e permanência para a promoção de aprendizagens

Higher Education and the Challenges of Inclusion, Exclusion and Student Retention for the Promotion of Learning

Educación superior y los desafíos de la inclusión/exclusión y la permanencia para la promoción de aprendizajes

Uyguaciara Veloso Castelo Branco¹

Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil

Ana Cláudia da Silva Rodrigues²

Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil

Mônica Nóbrega³

Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil

Recebido em: 17/08/2025

Aceito em: 22/10/2025

Resumo

O artigo analisa a Educação Superior, com foco no acesso, permanência e sucesso acadêmico. Parte-se do problema de que barreiras estruturais, pedagógicas e socioeconômicas ainda comprometem a trajetória de estudantes, sobretudo em situação de vulnerabilidade. O objetivo central é mapear e analisar condições que influenciam a permanência e o sucesso estudantil. A metodologia envolve pesquisa bibliográfico-documental, com análise de microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018) e de artigos publicados em periódicos Qualis A1/A2 (entre 2010 e 2018). O trabalho dialoga com experiências institucionais, como o AGRAD/CE/UFPB, que objetiva criar estratégias institucionais para diminuição dos índices de abandono/evasão e a ampliação da inclusão e permanência dos estudantes de graduação. Resultados preliminares indicam que a gestão acadêmica deve considerar fatores prévios, institucionais e relacionais que influenciam o acolhimento, a permanência e o sucesso do estudante no ensino superior, de modo a garantir suporte acadêmico, estrutural e social adequados.

Palavras-chave: Educação Superior. Permanência Estudantil. Inclusão.

Abstract

This article analyzes Higher Education, focusing on access, retention, and academic success. It begins from the problem that structural, pedagogical, and socioeconomic barriers still hinder students' trajectories, particularly those in vulnerable situations. The main objective is to map and analyze the conditions that affect student retention and their academic success. The methodology combines bibliographic and documentary research,

¹ uyguaciara@gmail.com.

² anaclaudia@ce.ufpb.br.

³ monicanobrega@cchla.ufpb.br.

with an analysis of microdata from the Higher Education Census (INEP, 2018) and articles published in Qualis A1/A2 journals (between 2010 and 2018). The study also considers institutional experiences such as AGRAD/CE/UFPB, which aims to develop institutional strategies to reduce dropout and attrition rates and to expand inclusion and retention among undergraduate students. Preliminary results indicate that academic management must consider prior, institutional, and relational factors that influence students' sense of belonging, retention, and success in higher education, ensuring adequate academic, structural, and social support.

Keywords: Higher Education. Student Retention. Inclusion.

Resumen

El artículo analiza la Educación Superior, con énfasis en el acceso, permanencia y éxito académico. Se parte del problema de que las barreras estructurales, pedagógicas y socioeconómicas aún comprometen las trayectorias de los estudiantes, especialmente de aquellos en situación de vulnerabilidad. El objetivo central es mapear y analizar las condiciones que influyen en la permanencia y en el éxito estudiantil. La metodología incluye una investigación bibliográfica y documental, con análisis de microdatos del Censo de la Educación Superior (INEP, 2018) y de artículos publicados en revistas Qualis A1/A2 (entre 2010 y 2018). El estudio dialoga con experiencias institucionales, como el AGRAD/CE/UFPB, que tiene como objetivo crear estrategias institucionales para disminuir los índices de abandono/ evasión y ampliar la inclusión y permanencia de los estudiantes de grado. Los resultados preliminares indican que la gestión académica debe considerar factores previos, institucionales y relacionales que influyen en la acogida, la permanencia y el éxito de los estudiantes en la educación superior, garantizando un apoyo académico, estructural y social adecuado.

Palabras clave: Educación Superior. Permanencia Estudiantil. Inclusión.

Introdução

O presente artigo trata da Educação Superior, dentro de uma perspectiva inclusiva, compreendida por seu tripé fundamental de análise que envolve o acesso, a permanência e o sucesso nos estudos⁴, traduzido aqui como conclusão de curso, com apropriação do conhecimento e empoderamento social resultante dessa apropriação.

Para tanto, são apresentados elementos teórico-metodológicos resultantes de estudos realizados em dois projetos de pesquisa⁵ dos quais fazemos parte e que tivemos, como produtos gerados, a Escala para Avaliação da Permanência Discente (Nakamura; Castelo Branco; Jezine, 2016) e a Dimensão de Ambiência de Ensino-Aprendizagem (Castelo Branco, 2020⁶). Para esses estudos, utilizamos como

⁴ O tripé de análise da categoria **inclusão** é apresentado por Santos (2005, p. 68-69).

⁵ Projeto “Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba” (Edital Universal CNPq), coordenado pela Profa. Dra. Edineide Jezine, e Projeto “Mapa da Educação Superior na Paraíba: análise do setor público e privado” (Processo nº 424718/2016-2 – Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016), coordenado pela Profa. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz, ambos agregados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES/CE/UFPB).

⁶ A categoria foi originalmente pensada como *Entorno de Enseñanza*, sendo construída uma escala de 11 itens, em língua espanhola, validada em aplicação conjunta aos alunos da Universitat de València (UV) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante o Estágio de Pós-Doutorado em Sociologia, realizado na Universitat de València (Espanha), sob supervisão do Prof. Dr. Francesc Jesús Hernández I Dobón e da Profa. Dra. Alícia Villar Aguilés.

descritores principais: acesso; permanência; evasão/abandono; ambiência de ensino-aprendizagem; e inclusão.

Evidencia-se, ainda, os eixos de atuação elegidos por um projeto (AGRAD/CE/UFPB, 2022) proposto pela Assessoria de Graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, cujo objetivo consistiu em criar estratégias institucionais que possibilitassem a diminuição dos índices de abandono/evasão e a ampliação da inclusão e permanência dos estudantes dos cursos de graduação. A partir dos eixos acolhida e acompanhamento dos estudantes, desenvolvimento profissional docente; e política curricular dos cursos de graduação, ações foram propostas para estudantes, docentes e técnicos-administrativos, articulando as dimensões específicas vinculadas aos aspectos pedagógicos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos necessários à inclusão e à permanência, como também à recomposição das aprendizagens.

Enfatiza-se que os eixos foram escolhidos considerando-se o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação Presencial e a Distância, o qual foi proposto após a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Este tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior, a partir das seguintes dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial, e Infraestrutura. As referidas dimensões foram contempladas nos eixos propostos, porém não seguem a mesma disposição indicada no instrumento de avaliação do SINAES.

No artigo, a partir da base teórica de suporte, intencionamos mapear os fatores que contribuem para a inclusão/exclusão dos(as) discentes na Educação Superior, através da análise das categorias acesso e permanência, compreendidas em suas múltiplas dimensões e contradições.

Para tanto, apresentaremos resultados de pesquisa bibliográfico-documental, tendo como referência os microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018) e a análise e a catalogação de 103 artigos, em língua portuguesa, publicados entre 2010 e 2018, em 14 periódicos com Qualis A1 e A2, que tratavam da temática relação professor-aluno, abordando elementos para a evasão ou a permanência na educação superior.

Inicialmente, realizou-se uma análise da produção acadêmica sobre o tema por meio de pesquisa sistemática na base SciELO, abrangendo periódicos das áreas de Educação, Ciências Humanas e Psicologia. A investigação teve como eixo central a educação superior, com foco nos temas evasão e permanência, utilizando a relação professor-aluno como critério de seleção. Os periódicos analisados foram: *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *Educação & Sociedade*,

Educação e Pesquisa, Revista Brasileira de Educação, Psicologia Escolar e Educacional, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Psicologia: Ciência e Profissão, Educação & Realidade, Revista Lusófona de Educação, Revista Portuguesa de Educação, Estudos de Psicologia (Campinas), Psicologia: Teoria e Pesquisa, Cadernos CEDES, Psicologia & Sociedade.

O recorte temporal, iniciado em 2010, baseou-se no critério decenal e no interesse em investigar a produção sobre permanência estudantil após as políticas de expansão da Educação Superior (Programas Expandir e REUNI, respectivamente em 2003 e 2007). A análise considerou os descriptores “educação superior”, “evasão”, “permanência” e “relação professor-aluno”. Das 266 produções catalogadas na base SciELO, 103 artigos foram selecionados por abordarem a relação professor-aluno vinculada à evasão ou permanência, incorporando também os termos “formação docente” e “formação acadêmica”. As análises revelaram oito categorias principais: Formação Acadêmica (53,4%), Formação Docente (18,45%), Permanência (13,6%), Educação a Distância (10,8%), Educação Popular (0,97%), Políticas Públicas (0,97%), Prática Docente (0,97%) e Relação Professor-Aluno (0,97%).

Para este artigo, como resultado da pesquisa bibliográfico-documental, o texto apresentado divide-se em três seções: a primeira, que tratará da categoria acesso; a segunda, que apresentará uma discussão sobre a categoria permanência – nessa seção, incluiremos uma sub-seção que trará um breve delineamento da dimensão ambiência de ensino-aprendizagem, a qual se constitui como elemento para uma melhor compreensão da categoria permanência; e a terceira, que fará uma articulação dos elementos apresentados nas duas seções anteriores, apresentando alguns questionamentos e elementos sobre a categoria inclusão/exclusão, os quais serão tratados à guisa de conclusão.

Historicizando o acesso à Educação Superior

Nos estudos realizados pós-Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei nº 9.394/1996), tendo como recorte histórico o final dos anos 1990, a categoria acesso passa a ser amplamente discutida em virtude das políticas governamentais de expansão do acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, anteriormente excluídos(as) da educação formal. É levado em conta toda a trajetória escolar que se inicia na educação básica e completa seu ciclo na educação superior, considerado o ápice da pirâmide educacional (MEC, 2018).

Nesse sentido, é importante, aqui, diferenciarmos acesso de outra categoria mais complexa – acessibilidade, que se refere a características da oferta (processo), enquanto o acesso diz respeito ao ato

de ingressar, de entrada em um dado sistema. Entretanto, há uma tendência de ampliação do conceito de acesso, com deslocamento do seu eixo da entrada nos serviços (uso) para os resultados dos cuidados recebidos (acessibilidade).

Há que se considerar que tratar o acesso na perspectiva da acessibilidade implica em ampliar a discussão com um caráter mais abrangente do que a simples disponibilidade de recursos em um determinado momento e lugar. Acesso, portanto, refere-se às características dos serviços prestados e dos recursos que facilitam ou limitam seu uso por potenciais usuários e representa uma dimensão relevante nos estudos sobre a equidade nos serviços públicos (Donabedian, 1973).

Ainda nesse ínterim, necessitamos diferenciar que, quando abordamos políticas de ampliação do acesso ou de democratização do acesso, não estamos discutindo a democratização da educação. Esta implicaria em políticas cujo objetivo seria englobar o acesso à educação, com a aquisição de conhecimentos que habilitassem os(as) aprendentes ao empoderamento cultural e social, com consequente transformação das condições materiais de existência.

Ao sinalizarmos as políticas de democratização do acesso, dados de investigação mostram o inquestionável aumento na participação de estudantes em situação de vulnerabilidade nas estatísticas educacionais brasileiras, com a presença de novos públicos que vão dar novo colorido à educação superior, mas também exigem novas estratégias e novas políticas de atendimento e acolhimento (Castelo Branco; Nakamura, 2013).

Para se ter uma medida mais precisa, em 1996, ano de aprovação da LDB, o Brasil possuía um total de 922 instituições de ensino superior, sendo 211 públicas e 711 privadas. Em 2006, 10 anos depois, o total de Instituições de Ensino Superior (IES) passou para 2.270, das quais 248 eram públicas e 2.022 privadas (INEP, 2010).

A partir desses dados, percebe-se que houve um crescimento significativo na procura e no ingresso em cursos superiores: as matrículas passaram de menos de 2 milhões, em 1996, para 7 milhões de alunos(as), em 2012, e quase 8,5 milhões de alunos(as), em 2018, sendo aproximadamente 2 milhões na rede pública e mais de 6 milhões na rede privada (INEP, 2010; 2018).

Dando continuidade, em 2019, percebe-se um crescimento no acesso ao ensino superior de graduação, tanto da população em geral quanto dos(as) jovens de 18 a 24 anos (idade padrão ou ideal), com uma taxa bruta de matrículas (TBM)⁷, no ensino superior, de 37,4%, enquanto a taxa líquida de

⁷ TBM = razão entre o número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino (independentemente da idade) e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível.

escolarização (TLE)⁸ foi de 25,5%. A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, até 2024, respectivamente, 50% e 33% (INEP, 2020).

A participação do segmento público na expansão de matrículas de 2012 a 2018 foi de apenas 12,7% e a meta a ser atingida nesse indicador é de 40% até 2024. No mesmo período, a expansão de matrículas no segmento privado atingiu 67,3%, sendo o crescimento dos cursos de ensino a distância (EAD) o principal responsável por essa expansão no segmento privado. Em contrapartida, no setor público, os cursos na modalidade EAD tiveram um decréscimo de 4,8% (INEP, 2020).

Esses dados são resultado de um amplo programa de políticas públicas de atendimento às demandas sociais, que se inicia no Governo Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, e foram continuadas no governo Lula, de 2003 a 2010, que resultou em consequências, a curto, médio e longo prazo. Como exemplo dessas consequências houve a expansão das instituições privadas, com políticas neoliberais de isenção tributária e previdenciária das instituições filantrópicas; a criação do salário educação e de bolsa de estudos para alunos carentes, pela via do Programa de Financiamento Estudantil (Fies); a instituição de empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e pelo Programa Universidade para Todos (Prouni); a privatização das instituições públicas por intermédio das fundações de direito privado; as cobranças de taxas e mensalidades dos cursos de pós-graduação; os cortes de verbas para a infraestrutura e a terceirização das prestações de serviços, dentre outras.

Políticas de Acesso pós-LDB

Historicamente, foram instituídas, como políticas de acesso pós-LDB, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Expandir; o Programa Universidade para Todos (ProUni); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – este último tido como programa de acesso/permanência, dada a sua amplitude; e o Sistema de Seleção Unificada (SiSu). A seguir, descreveremos, brevemente, cada um deles.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

⁸ TLE = razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (18 a 24 anos) para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária.

Tido como um exame anual, criado em 1998, o ENEM se propõe, inicialmente, a avaliar o desempenho escolar ao final da educação básica, por meio do desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais, e colaborar para o acesso à educação superior. Porém, essa avaliação assume o papel desempenhado pelos antigos concursos vestibulares, como seu substituto – através do uso de suas notas pelo SiSu, pelo Prouni, pelos convênios com Instituições portuguesas, a exemplo da Universidade de Coimbra, e pelos programas de financiamento e apoio estudantil, como o FIES (INEP, 2020b).

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

O FIES, instituído pela Medida Provisória nº 1.827/1999 (Brasil, 1999), e regulamentado pela Lei nº 10.260/2001 (Brasil, 2001), anteriormente chamado de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, foi um substituto do antigo Crédito Educativo. O FIES se constitui como um sistema de crédito em que o estudante, após a conclusão de seu curso, passa a ressarcir, ao erário público, o financiamento de seus estudos. Dito de outro modo, esse programa é destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar com os custos das mensalidades do ensino superior em instituições privadas. O FIES, através da Lei nº 12.513/2011 (Brasil, 2011), foi expandido aos estudantes de cursos de educação profissional e técnica de nível médio, e, através da Portaria Normativa MEC nº 15/2014 (Brasil, 2014), também foi expandido aos estudantes dos cursos de mestrado e doutorado, recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), oferecidos por IES privadas com e sem fins lucrativos. Entretanto, a prioridade é dada aos estudantes de graduação.

Programa Expandir

Caracterizado como um processo de “Expansão com Interiorização”, o Programa Expandir abrangeu o período de 2003 a 2006 e consistiu em um importante processo de interiorização em que se ampliam pelo país os *campi* das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a exemplo do que ocorreu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que é criado o *Campus IV - Litoral Norte*, funcionando nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, próximas à capital do estado, atendendo a demanda da região conhecida como Vale do Mamanguape. Nas palavras de Sousa Júnior (2011, p. 4),

A UFPB aderiu ao Programa e projetou a construção do *campus* do Litoral Norte, nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape, distantes cerca de 50 quilômetros de João Pessoa. O *campus* terá a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. O projeto original previu a implantação de 12 cursos de graduação com oferta de cerca de 900 vagas no processo seletivo, devendo atender, em 2012, 4.000 alunos. Para dar conta da expansão foram alocados 190 docentes e 59 servidores técnico-administrativos.

Esse processo de expansão, pela via da interiorização, objetivava levar as IFES a regiões menos desenvolvidas, com o intuito em ampliar a esfera de atuação dessas instituições, no sentido de atender às populações mais distantes das sedes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

O ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado em janeiro de 2005, através da Lei nº 11.096 (Brasil, 2005), compreendendo

[...] a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50% e 25%) a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa (Amaral; Oliveira, 2011, p. 865).

Nesse sentido, a via da isenção tributária fornece às instituições privadas condições de oferta de vagas a estudantes em situação de vulnerabilidade, utilizando-se dos resultados obtidos no ENEM como critério de seleção. São ofertadas bolsas integrais ou parciais, conforme disponibilidade orçamentária, distribuídas de acordo com o desempenho acadêmico do(a) aluno(a) no ENEM.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)

Instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, apresentava duas grandes metas acadêmicas: a expansão de vagas a partir do aumento da relação de 18 estudantes por professor e a ampliação do número de diplomados(as), para atingir a meta de 90% em cinco anos, sendo essa segunda meta insequível na maioria das IFES que aderiram ao Programa (Brasil, 2007).

Mesmo com metas expansivas audaciosas e com amplo financiamento para garantir o crescimento de matrículas das IFES, apoiado em metas a curto, médio e longo prazo, que envolviam

desde projetos de infraestrutura, contratação de recursos humanos (servidores docentes e técnico-administrativos), ampliação de bibliotecas etc., o REUNI promoveu uma tímida expansão de matrículas em instituições públicas, comparada às matrículas do setor privado, possibilitadas pela via do ProUni e do FIES.

A UFPB apresentou um dos maiores programas de expansão do país (Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB), tendo atingido a meta de duplicação de vagas em cursos presenciais, com criação de cursos noturnos, sequenciais e tecnológicos, além dos cursos de licenciatura e bacharelado. Como consequência da expansão, com duplicação de suas vagas, a UFPB, a exemplo de outras IFES, após a conclusão do REUNI, em 2012, passa a gerenciar um orçamento parco, com necessidades gigantescas de atendimento à demanda criada (UFPB, 2007).

Em meio a suas metas expansivas, o REUNI trouxe consigo a adesão à Lei nº 12.711/2012, em que as IFES teriam, obrigatoriamente, que disponibilizar 50% das suas vagas para egressos(as) de escolas públicas, a partir dos processos seletivos para as vagas de 2013 (Brasil, 2012). O REUNI também previa ações acadêmicas para controle da evasão, bem como acompanhamento didático-pedagógico dos(as) estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas. Porém, após o seu encerramento em 2012, os orçamentos das IFES passaram a não mais receberem incremento para tal acompanhamento ou quaisquer perspectivas de continuidade das ações, tendo como consequência o início da era dos contingenciamentos orçamentários e a redução das políticas de assistência estudantil, como tentativa de manterem o funcionamento, mesmo precário, das IFES.

Sistema de Seleção Unificada (SiSu)

Historiando a chegada do SiSu como mecanismo de acesso à Educação Superior, é necessário evidenciar que, desde 1911, foi instituído, no Brasil, os exames vestibulares, realizados pelas próprias faculdades e, depois, pelas recém-criadas universidades (Castelo Branco, 2005). Entretanto, de 1971 até os anos de 1990, foi criado o Concurso Vestibular Unificado, como evento único e episódico, que selecionava candidatos para as IES, sobretudo públicas.

O final dos anos 1990 pode ser caracterizado como uma “era dos processos seletivos seriados”, encabeçados pela UnB, que cria, em 1995, o Programa de Avaliação Seriada (PAS), seguida da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e, em

1999, da UFPB. Os processos seletivos seriados consistiam em uma avaliação ao longo dos anos do ensino médio de forma seriada, preconizando o modelo de avaliação processual e gradativa.

Entretanto, nos anos finais do REUNI (2007-2012), as IFES passam a ser pressionadas pelo Ministério da Educação (MEC) para aderirem ao SiSu, decretando o fim de seus próprios processos seletivos em prol de um sistema federal de seleção, instituído pela Portaria Normativa nº 2/2010. Essa seleção consiste em um sistema informatizado do MEC, em que as instituições públicas de ensino superior participantes oferecem vagas para candidatos(as) que realizaram o ENEM, a partir da edição referente ao ano de 2009.

Os(as) candidatos(as) utilizam suas notas obtidas no ENEM para disputarem as vagas nas IFES conveniadas, escolhendo os cursos nos quais terão chance de classificação. Como subsídio para as escolhas do(a) estudante, o Sisu disponibiliza, em caráter meramente informativo, a nota de corte para cada instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência. Essa nota sofre um processo de atualização periódica, conforme o processamento das inscrições vai sendo efetuado, o que requer acesso a uma banda larga de alta performance, com rapidez, estabilidade em equipamento de qualidade para que o(a) estudante disponha de recursos para optar rapidamente para instituições e cursos em que seu desempenho seja suficiente para lhe garantir uma vaga.

Mapeando a permanência e seus fatores de influência

Após o percurso de análise da categoria acesso, possibilitado pelas discussões acerca das políticas de ampliação de vagas, cursos, processos seletivos e mecanismos de financiamento para garantir o acesso à educação superior, a categoria permanência passa a ser vista como o foco das investigações científicas. O estudo dessa categoria desvela como maior desafio a aplicação dos resultados de pesquisa como instrumento de gestão das IES, com o objetivo de possibilitar ações e intervenções no sentido de atender as novas demandas de alunos(as), de modo a dar-lhes suporte acadêmico-institucional para que a apropriação do conhecimento e, consequentemente, o empoderamento social (com ampliação de capital cultural, social e simbólico) possam acontecer de maneira adequada. Isso porque a educação superior é vista como importante instrumento para a mudança de padrão social e econômico desses sujeitos, com a entrada no mercado de trabalho e a melhoria efetiva das suas condições de vida.

Caso contrário, a ampliação do acesso sem garantia de permanência se constituiria em mais um “engodo” ou falsa expectativa de sucesso, uma vez que as políticas de acesso à educação superior, em sua materialização ou execução, nem sempre se configuram em ações garantidoras da permanência do(a) discente no sistema educacional (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2016, p. 260).

Para garantir a permanência dos(as) alunos(as), é necessária a sistematização de estudos investigativos, na perspectiva dos estudos de caso, que oportunizem a escuta dos(as) estudantes das mais variadas IES, com importante e rico material para reflexão dos pesquisadores acerca das trajetórias ou dos itinerários formativos desses(as) aprendentes na educação superior, quais dificuldades enfrentam e quais respostas objetivas são dadas pelas gestões das IES, públicas e privadas, às suas necessidades, carências e limitações enfrentadas.

Em diversos estudos (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2016; Zago, 2006; Catani; Hey; Gilioli, 2006; Felicetti; Morosini, 2009) realizou-se um levantamento da categoria permanência, verificando-se as bases teóricas que contemplam essas pesquisas e constatando-se a necessidade de identificação de instrumentos para mensuração das dimensões dessa categoria. Os estudos apontam indicadores e/ou fatores que podem ampliar ou minimizar as dificuldades do(a) discente em permanecer na educação superior, diante de exigências de toda sorte e de fatores socioeconômicos importantes, os quais precisam ser considerados pela gestão das IES em suas políticas de assistência e promoção estudantil.

Portanto, estudar e refletir sobre a categoria permanência é investigar o processo que se inicia no ingresso do(a) estudante no sistema educacional e tem sua conclusão quando este(a) estudante termina seu curso de graduação, com qualidade, e ingressa no mercado de trabalho. A ênfase dos estudos passa a se dar sobre o fluxo ou itinerário formativo discente do ingresso na educação superior até a sua conclusão.

Entretanto, não se pode esquecer de outro elemento importante de investigação para ampliar a análise da categoria permanência: incluir os fatores ou as características dos(as) graduandos(as) que permanecem retidos no sistema formal de ensino *ad infinitum*, sem lograr a conclusão de seus cursos. Esses(as) estudantes passam a configurar uma subcategoria da permanência denominada de retenção, inflando os números da educação superior e repercutindo, negativamente, nos quantitativos de diplomação ou formação a termo, objetivo maior de um curso de graduação.

Em estudos realizados, são identificados alguns fatores definidores ou de forte influência para a permanência ou, em sua falta, para o abandono do/a estudante na educação superior, como a ausência ou a limitação de recursos financeiros (Zago, 2006); as dificuldades de ordem acadêmica, como

expectativas do(a) estudante em relação ao curso ou instituição, que podem ser elementos motivadores ou desmotivadores capazes de tornar a conclusão do curso uma prioridade ou não em sua vida (Silva Filho *et al.*, 2007); a falta de “capital cultural” adquirido ao longo de sua trajetória de vida, incluindo o seu itinerário formativo (Gisi, 2006; Baggi; Lopes, 2011); a composição múltipla de fatores de caráter pessoal, social, cultural e econômico (Kira, 1998; Braga; Peixoto; Bogutchi, 2003); os fatores próprios aos(as) estudantes e externos à instituição (variáveis econômicas, sociais, culturais ou individuais) e os fatores relacionados às instituições propriamente ditas ou mais interno a elas (estrutura e dinâmicas de cada curso, por exemplo), que não podem ser estudados separadamente (Ronsoni, 2014); além do grande desafio para acompanhar e prosseguir em seus cursos, conciliando trabalho e estudo e tendo que sobreviver face a políticas de assistência e promoção estudantil muito tímidas para suprir as necessidades identificadas (Zago; Pereira; Paixão, 2015).

Nesse sentido, citam-se algumas ações de permanência verificadas em IFES, a exemplo da UFPB, que oferta serviços de restaurantes universitários, moradia estudantil (ou auxílio moradia), atenção à saúde, auxílio transporte, auxílio creche, inclusão digital por meio de computador pessoal, auxílio manutenção (através do Programa Bolsa Permanência – PBP criado pela Portaria/MEC N.º 389/2013), apoio aos estudantes com deficiência (com o programa de aluno-apoiador), apoio à participação em eventos e mobilidade estudantil nacional e internacional⁹.

Considerando os dados de pesquisa, Baggi e Lopes (2011, p. 357) afirmam que “[...] A permanência do aluno na IES, portanto, também depende do suporte pedagógico disponibilizado por esta, no entanto encontramos muitas instituições particulares e públicas despreparadas para estes desafios”. O suporte pedagógico tem se configurado como um dos maiores obstáculos para a gestão das IFES. Embora esteja previsto nas ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹⁰ — política pública do governo federal voltada a assegurar e ampliar as condições de permanência e o desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda em instituições federais de ensino superior — sua efetivação ainda enfrenta obstáculos. O programa contempla auxílios e iniciativas em diversas áreas, como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Importante frisar o despreparo ou a precariedade dos sistemas de ensino em atender as necessidades básicas dos(as) discentes, a partir de ações assistenciais, que dariam o suporte material

⁹ Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape>. Acesso em: 15 ago. 2025.

¹⁰ O PNAES foi instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010).

aos(as) seus(suas) estudantes e garantiriam não apenas o acesso à educação superior, mas oportunidades reais de permanência, com acompanhamento ativo de suas trajetórias e de seus resultados acadêmicos (Oliveira; Silveira, 2011).

Ressalta-se, ainda, que o tema da permanência escolar tem fomentado estudos entre pesquisadores e/ou instituições, das mais diversas áreas de conhecimento, que buscam compreender quais condições, principalmente entre os estudantes oriundos de camadas populares, promovem a continuidade dos estudos em situações adversas. Destacamos que a preocupação com a permanência surge a partir do início do século XXI e abrange todos os níveis de ensino e modalidades de educação.

Nos últimos anos, ocorreu um redirecionamento dos estudos que antes eram focados na evasão para a permanência dos estudantes (Ribeiro; Risso, 2017; Silva; Rodrigues, 2018). Os autores argumentam que a evasão guarda, como elemento implícito, a desqualificação dos indivíduos das camadas populares como únicos responsáveis pelo fracasso escolar. Eles explicitam, ainda, que a mudança foi crucial para compreenderem que uma pesquisa que se propõe a auxiliar a construção de uma educação cidadã e inclusiva precisa ter como foco a permanência escolar.

Jezine *et al.* (2021, p. 493), ao analisarem o perfil e as expectativas de estudantes da Universidade Federal da Paraíba, ressaltaram que as “questões de gênero e étnico-raciais, além da meritocracia e boas práticas em políticas públicas, também veio acompanhada de questionamentos sobre o papel do ensino superior nas dinâmicas históricas das estruturas sociais”. Para os autores, o índice de abandono/evasão é expressivo na instituição, porém, por ser complexo e envolver aspectos estruturais, contextuais, educacionais e individuais, necessita de muita atenção, principalmente se considerarmos a situação pandêmica, instituída pelo surgimento da doença Covid-19, ocasionada pela circulação do coronavírus. Destacamos que as ações propostas, por meio de um projeto instituído em 2022, já iniciaram, e os resultados deverão ser apresentados e discutidos em estudos posteriores, visto que necessitam de análises longitudinais para sua melhor avaliação.

Atualizando as dimensões da permanência

Em pesquisas anteriores, foi elaborada e validada a Escala para Avaliação da Permanência Discente (Nakamura; Castelo Branco; Jezine, 2016), apresentando itens construídos, pautados em fatores apontados por diversos autores (Zago, 2006; Silva Filho *et al.*, 2007; Gisi, 2006; Baggi; Lopes, 2011; Kira, 1998; Braga; Peixoto; Bogutchi, 2003; Ronsoni, 2014; Zago; Pereira; Paixão, 2015; Oliveira;

Silveira, 2011). Tais fatores foram divididos em seis dimensões, que vão de aspectos antecedentes à entrada dos(as) estudantes na educação superior até aqueles de caráter acadêmico, como programas de bolsas de pesquisa e programas de assistência estudantil, ofertados pela instituição, além do perfil sociodemográfico dos(as) estudantes.

Essas seis dimensões englobam fatores que podem ser divididos do seguinte modo: fatores antecedentes à entrada do(a) aluno(a) na instituição de ensino, como condições prévias, expectativas, motivação etc., e fatores que dizem respeito a condições institucionais (recursos financeiros, programas assistenciais, estruturais etc.).

Após importante investigação bibliográfico-documental, que consistiu na análise e na catalogação de 103 artigos, em língua portuguesa, publicados, entre 2010 e 2018, em 14 periódicos com Qualis A1 e A2, passou-se a acrescentar, a esse elenco de seis dimensões, um novo módulo, com fatores ligados à formação docente e discente, envolvendo a complexa relação professor(a)-aluno(a). Essa nova dimensão envolve tanto a formação do(a) professor(a) suas características acadêmicas e psicoafetivas quanto a formação acadêmica dos(as) aprendentes. Esta vai além da formação curricular formal, pois são acrescentadas as interrelações que se estabelecem entre sujeitos, em sua rede de relacionamentos e suas sociabilidades (Sirinelli, 2003), e formam o “entorno de enseñanza” ou a ambiência de ensino e de aprendizagem (Castelo Branco, 2022).

Para a compreensão dessa nova categoria teórica, são acrescentados alguns elementos importantes: a formação dos(as) graduandos(as); suas competências acadêmicas prévias e adquiridas, bem como metodologias de ensino (incluindo as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs) e de avaliação (individual ou mesmo institucional) utilizadas; a participação nos programas acadêmicos (monitoria, iniciação científica, mobilidade acadêmica internacional, programas de assistência estudantil ou financiamento) como elemento de acolhimento e ampliação de capital social e econômico; engajamento, motivação, identificação ou satisfação dos(as) estudantes em/com seus cursos; qualidade do ensino de graduação e sua relação com o mundo de trabalho; além das barreiras que impedem a criatividade dos(as) estudantes em sala de aula e a dimensão afetivo-cognitiva no ambiente de ensino-aprendizagem.

Outro elemento acrescentado aponta para o que se traduz como engajamento, que envolve a cultura organizacional propriamente dita, com ações e práticas que possuem a finalidade de encorajar a participação dos(as) alunos(as) em atividades relevantes, envolvendo persistência, satisfação, aprendizagem e conclusão do curso, fornecendo importantes elementos para que os(as) discentes

desenvolvam a percepção de pertencimento ao ambiente educacional, através de interações entre seus pares, corpo docente e apoio institucional. De acordo com Porter (2006 *apud* Martins; Ribeiro, 2017), engajamento envolve dois grupos de componentes: um primeiro relacionado ao tempo e ao esforço dispendidos pelos(as) estudantes para realizar atividades acadêmicas e experiências de ensino-aprendizagem; um segundo relativo ao esforço, à alocação de recursos e de suporte, e à disponibilização de momento de ensino-aprendizagem pelas instituições.

Considerações finais: (re)discutindo a inclusão/exclusão

A partir dos elementos apontados anteriormente, torna-se necessário retomar o tripé de análise, apontado por Santos (2005), ao discutir a categoria inclusão/exclusão educacional, como a interface entre três importantes elementos: a entrada do(a) estudante na educação superior (acesso), a trajetória ao longo de seu percurso formativo (permanência) e o êxito acadêmico com o término do curso de graduação (sucesso), de modo que é necessário retomar alguns elementos importantes para esse debate.

Primeiramente, o acesso deverá ser considerado na perspectiva do processo de entrada (acessibilidade), com pleno uso dos serviços disponíveis a todos, para obtenção dos resultados desejados. Nesse sentido, percebe-se que os mecanismos de acesso à educação superior fornecidos pelo modelo de seleção ENEM/SiSu não atendem a todos(as), requerendo a disponibilização de equipamentos remotos, com acesso à banda larga potente, para entrada no “banco de vagas”, a partir de uma moeda de troca – as notas no ENEM, que se assemelha a “compra de passagens com milhas”, em que o indivíduo escolhe o trecho que suas posses permitem e não o lugar para onde deseja ir.

Escolher um curso ou uma carreira de acordo com seus interesses e vocação está longe de corresponder à realidade da maioria dos(as) estudantes, dentro de um sistema nacional, formatado para atender a uma lógica perversa de alocação, desconsiderando as dimensões afetivo-existenciais dos seus envolvidos. Essa lógica contribui, como se pode perceber mais adiante, para afetar a motivação, interesse e investimento futuro dos(as) estudantes, acarretando decepção e desinteresse, como elementos cruciais para o abandono de seus cursos ou carreiras.

Considerando a trajetória desses(as) alunos(as) na educação superior, é importante que as IES utilizem os elementos teóricos apresentados por Zago (2006), Silva Filho *et al.* (2007), Gisi (2006), Baggio;

Lopes (2011), Kira (1998), Braga; Peixoto; Bogutchi (2003), Ronsoni (2014), Zago; Pereira; Paixão (2015), Oliveira; Silveira (2011), Oliveira; Freitas (2017), Martins; Ribeiro (2017) e Ricoy; Couto (2014).

Nesse sentido, as ações da gestão acadêmica devem englobar fatores antecedentes à entrada do(a) estudante na educação superior, a exemplo de suas condições prévias (desempenho, necessidades acadêmicas, expectativas, motivação, conhecimento dos cursos ou carreiras etc.), e fatores de natureza institucional – acesso a programas assistenciais de suporte financeiro, a programas de pesquisa ou extensão universitária (que ampliem seu capital social e cultural), acesso a suporte acadêmico, estrutural etc.

Além desses fatores, pesquisas apontam a importância de elementos relacionais, que dizem respeito a dimensão da relação estudante-estudante e docente-estudante como importante elemento para o acolhimento e pertencimento discente (Oliveira; Freitas, 2017; Martins; Ribeiro, 2017; Ricoy; Couto, 2014). Nesse sentido, é preciso se atentar para a necessidade de fomentar o investimento pessoal do(a) aluno(a), dando-lhe suporte acadêmico de apoio pedagógico; ambiente adequado de estudos, sozinho(a) ou em grupo; tempo necessário para se dedicar aos estudos, sem que lhe seja necessário conciliar esse tempo com atividades laborativas para sua sobrevivência; e acesso à tecnologia de qualidade, tanto no ambiente acadêmico quanto em seu ambiente pessoal de estudos (Castelo Branco; Nakamura; Hernández, 2021).

Caso desconsiderarem essas fatores como importantes para a permanência dos(as) estudantes em seus itinerários formativos, as IES continuarão a assistir a perda de discentes do sistema educacional, que abandonam ou entram nas estatísticas educacionais oficiais como parte do cálculo de evasão/abandono por saírem dos bancos escolares em busca de outras opções de vida e deixarem um imenso sentimento de dever não cumprido neles(as) próprios(as) e nos(as) gestores(as) responsáveis por não cumprirem com a função social da educação que é formar com sucesso, dando-lhes ou ampliando-lhes o empoderamento social.

Referências

AGRAD/CE/UFPB. Retorno ao ensino presencial de estudantes do Centro de Educação (pós)pandemia da Covid-19: inclusão, permanência e promoção de aprendizagens. 2022.

AMARAL, Daniela Patti; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 161-189, 2003.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.827**, 24 jun. 1999. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827-1.htm. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.260**, 12 jul. 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, 19 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, 26 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 15**, 01 jul. 2014. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=272114>. Acesso em: 20 maio 2020.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do "Meu filho doutor"**. Fundamentos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: Universitária/UFPB/Fundação Casa de José Américo, 2005.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, p. 52-72, mar. 2020.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. Formação Acadêmica na Educação Superior: Análise da Produção de Conhecimento nos Periódicos Qualis A1 e A2 (2010-2018). **Teias** (Rio de Janeiro. On line), v. 23, n. 68, p. 273-290, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/56040>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide Mesquita Araújo; NAKAMURA, Paulo Hideo. Alguns indicadores de permanência/abandono na educação superior: elementos para o debate. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 259-286.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo. Reflexões sobre a expansão de vagas na educação superior. A UFPB e os desafios da inclusão. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (orgs.). **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 321-337.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo; HERNÀNDEZ, Francesc Jesús. Entorno de Enseñanza como Factor para la Permanencia del Estudiantado. Validación de cuestionario. **Estudios Sociológicos**, v. 39, p. 831-864, 2021.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. ProUni: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior?". **Educar**, Curitiba: UFPR, 28, p. 125-140, 2006.

DONABEDIAN, Avedis. **Aspects of Medical Care Administration**. Cambridge: Haward University Press, 1973.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 62, p. 9-24, 2009.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 7, 97-112, 2006.

INEP. **Censo da Educação Superior**, Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/micrdados/micrdados_censo_superior_2010.zip. Acesso em: 20 jul. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior**, Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/micrdados/micrdados_censo_da_educacao_superior_2018.zip. Acesso em: 20 jul. 2020.

INEP. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6935276. Acesso em: 20 jul. 2020.

INEP. **Histórico ENEM**, 2020b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem/historico>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JEZINE, Edineide et al. Permanecer ou evadir-se? Perfil e expectativas de alunos de cursos superiores da UFPB. **Debates em Educação**, [S. I.], v. 13, n. Esp, p. 492-513, 2021.

KIRA, Luci Frare. A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996). 1998. 106 p. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

MARTINS, Letícia Martins de; RIBEIRO, José Luis Duarte. Engajamento do estudante no ensino superior como indicador de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 01, p. 223-247, abr. 2017.

MEC. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6935276. Acesso em: 20 jul. 2020.

NAKAMURA, Paulo Hideo; CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide. **Escala para Avaliação da Permanência Discente**, Obra técnica, 2016. Disponível em: www.registrodeobras.com. Registro nº 712144903.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; FREITAS, Maria Ester de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, p. 774-801, jul. 2017.

OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de; SILVEIRA, André Stein da. Acesso e permanência – desafios à problemática da evasão na educação superior do Brasil. **Revista UTP**, 8 p, 2011.

RIBEIRO, Marcos Abraão; RISSO, Sérgio Rangel. A política e cotas no ensino médio profissionalizante: o desempenho escolar dos cotistas do campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense (2016-2018). **Anais do 43º Anual da ANPOCS**. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st36-2/11835-a-politica-de-cotas-no-ensino-medio-profissionalizante-o-desempenho-escolar-dos-cotistas-do-campus-campos-centro-do-instituto-federal-fluminense-2016-2018>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RICOY, María Carmen; COUTO, Maria João V. S. S. As boas práticas com TIC e a utilidade atribuída pelos alunos recém-integrados na universidade. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 4, p. 897-912, fev. 2014.

RONSONI, Marcelo Luís. Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim. *In: PEREIRA, Thiago Ingrassia (org.). Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado*. Erechim: Evangraf, 2014. p. 17-31.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SILVA, Danielle Matias da; RODRIGUES, Ana Cláudia Silva. A evasão escolar nos cursos do PRONATEC vinculados ao Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, campus III-Bananeiras/PB: uma análise de caso. *In: MEDEIROS, Isac Almeida de; BRAGA, Cláudia de Figueiredo; BARBOSA, Rogério Oliveira (Orgs.). Trabalhos premiados nos encontros de iniciação científica da UFPB* (recurso eletrônico). João Pessoa: UFPB, 2018. p. 285-300.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Uyguaciara Veloso Castelo Branco; Ana Cláudia da Silva Rodrigues; Mônica Nóbrega

SOUZA JUNIOR, Luiz de. A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior, 2011. p. 1-10. Disponível em:
<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0310.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

UFPB. Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB. Disponível em:
<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=229257&key=aed8a60ef85d151081ba561c0f50734f>. Acesso em: 20 maio 2020.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação.** v. 11, n. 32 maio/ago. 2006.

ZAGO, Nadir; PEREIRA, Thiago Ingrassia; PAIXÃO, Lea Pinheiro. Expansão do Ensino Superior: problematizando o acesso e a permanência de estudantes em uma nova Universidade Federal. **Anais 37ª Reunião Nacional da ANPEd.** UFSC – Florianópolis, 04 a 08 outubro de 2015.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Ingrid Cruz do Nascimento.